(...) Continuação PQ SEGUROS S.A. CNPJ Nº 15.104.490/0001-43

13 - Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 266 (31 de dezembro de 2013 - 240) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de maio de 2013, os acionistas homologaram o grupamento da totalidade das ações emitidas pela Companhia na proporção de 600 (seiscentas) ações existentes para 1 (uma) nova ação, passando o capital social de R$ 15.190 a ser dividido em 240 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O grupamento de ações foi aprovado pela SUSEP através da Portaria nº 5.481 de 20 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2013. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2014 homologou o aumento de capital no montante de R$ 2.504, passando o capital social de R$ 15.190 para R$ 17.694. Este aumento foi aprovado pela SUSEP através da Portaria nº 5.844 de 15 de abril de 2014. Em 14 de julho de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária, homologou o aumento de capital no montante de R$ 6.417 mediante a integralização de R$ 515 da Reserva Legal e R$ 5.902 da Reserva Estatutária, passando o capital social de R$ 17.694 para R$ 24.111. No mesmo ato foi homologada a redução de capital da Companhia no montante de R$ 8.921, passando o capital social de R$ 24.111 para R$ 15.190. A redução de capital foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 84, de 17 de novembro de 2014, publicada no DOU de 19 de novembro de 2014 (vide notas explicativas 6 (a), 8 e 20 (b)). **b) Direito das ações:** Aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira e reconhecidos no passivo. **c) Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do capital social. **d) Reserva especial – dividendos retidos:** A Administração com base nos §§ 4° e 5° do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 constituiu a reserva especial sobre o valor dos dividendos mínimo obrigatório por serem estes incompatíveis com a situação financeira da Companhia em distribuí-los. **e) Reserva estatutária:** De acordo com o estatuto social, é constituída com a totalidade do lucro remanescente após o pagamento de dividendos e das demais apropriações, não podendo ultrapassar o capital social, e é destinada a assegurar investimentos em bens do ativo permanente e reforçar o capital de giro da Companhia. **f) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal, a título de dividendos. A Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária, que sejam deliberados os dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	1.829
Lucro de exercícios anteriores	122
Constituição de reserva legal	(98)
Lucro líquido ajustado após a reserva legal	1.853
Dividendos mínimos obrigatórios de 25%	**463**

14 - Patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	17.681	22.610
(-) participações societárias em instituições não financeiras nacionais	(161)	(457)
(-) imóveis de renda que excedem 14% do ativo (2013 – 8% do ativo)	-	(1.393)
(-) obras de arte	(7)	(7)
Patrimônio líquido ajustado	**17.513**	**20.753**
A) 0,2 do prêmio retido anual – últimos 12 meses	5.966	5.594
B) 0,33 do sinistro retido anual médio - último 36 meses	7.852	7.474
Margem de solvência	**7.852**	**7.474**
Capital mínimo requerido	**15.000**	**15.000**
Suficiência de capital	**2.513**	**5.753**

15 - Garantias das provisões técnicas de seguros: A parcela do ativo financeiro diretamente vinculado às provisões técnicas monta em 31 de dezembro de 2014 de R$ 38.310 (31 de dezembro 2013 - R$ 32.124) referente às aplicações em títulos de renda fixa no valor de R$ 5.714 (31 de dezembro 2013 – R$ 3.243) e quotas de fundos de investimentos no valor de R$ 32.596 (31 de dezembro 2013 – R$ 28.881). **16 - Ramos de atuação da seguradora:** Os ramos de atuação da Seguradora, prêmio ganhos, sinistros retidos, índices de sinistralidade e despesas de comercialização em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos avisados	Sinistralidade	Custos de aquisição
DPVAT	29.580	(25.823)	87,30	(424)
Transporte nacional	-	5	-	-
Riscos de petróleo	-	(5)	-	-
Responsabilidade civil geral	-	357	-	-
Riscos diversos	-	(1)	-	-
DPVAT – *run off*	-	(3)	-	-
Vida em grupo	-	443	-	-
Aeronáuticos (cosseguro)	-	(5)	-	-
Responsabilidade civil geral (cosseguro)	-	(29)	-	-
Total em 31 de dezembro de 2014	29.580	(25.061)	87,30	(424)
Total em 31 de dezembro de 2013	28.041	(25.195)	87,30	(402)

17 - Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.727	2.727	3.259	3.259
Despesa com juros sobre capital próprio	-	-	(850)	(850)
Participações sobre os lucros dos administradores	281	-	118	-
Adições	595	595	696	696
(-) Exclusões	(156)	(156)	(1.324)	(1.324)
Resultado ajustado	3.447	3.166	1.899	1.781
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(1.034)	(950)	(570)	(534)
Base de cálculo após as compensações	2.413	2.216	1.329	1.247
Despesas de IRPJ/CSLL do exercício	(565)	(332)	(308)	(187)
Alíquota efetiva	23,41%	14,98%	23,18%	14,99%

18 - Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira		
Receitas sobre aplicações financeiras	4.909	2.870
Receita com títulos da dívida pública federal	469	320
Receita financeira - Consórcio DPVAT	144	91
Dividendos e jscp recebidos	178	165
Variação monetária ativa	12	46
Variação monetária de impostos federais	17	533
Total das receitas financeiras	5.729	4.025
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(48)	(133)
Despesa financeira – Consórcio DPVAT	(11)	(11)
Variação monetária – Consórcio DPVAT	(3.462)	(2.045)
Variação monetária passiva sobre jscp	(89)	(41)
Variação monetária passiva de impostos federais	(12)	(11)
Outras despesas financeiras	-	(19)
Total das despesas financeiras	(3.622)	(2.260)
Total	**2.107**	**1.765**

19 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Honorários	(478)	(423)
Encargos sociais	(171)	(95)
Serviços terceirizados	(315)	(564)
Condomínios e taxas	(727)	(617)
Despesas de publicação	(163)	(103)
Depreciações e amortizações	(39)	(42)
Seguros	(15)	(14)
Manutenção e reparos	(75)	(31)
Despesas com escritório	(18)	(13)
Despesas com provisões judiciais	(359)	(598)
Patrocínio Lei Rouanet	(176)	-
Bônus eleitoral	(58)	-
Convênio DPVAT	(1.329)	(1.175)
Outras despesas	(22)	(58)
Total	**(3.945)**	**(3.733)**

20 - Outras informações: a) A rubrica "Outros créditos operacionais", classificada no ativo circulante, refere-se aos créditos a receber das operações do ramo de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, administrado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. b) A rubrica "Participações societárias" referia-se em 2013 a 584 ações do IRB – Brasil Resseguros detidas pela Seguradora que fizeram parte do montante repassado ao acionista majoritário no processo de redução de capital. c) A rubrica "Outros investimentos" refere-se, substancialmente, ações adquiridas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT no montante de R$160 (31 de dezembro de 2013 - R$132). d) Outras receitas e despesas operacionais referem-se, principalmente, à receita de recuperação de custos com emissão de apólice e despesa com cobrança bancária do Consórcio DPVAT no montante de R$1.710 (31 de dezembro de 2013 - R$1.661) e R$ 1.674 (31 de dezembro de 2013 – R$ 1.612), respectivamente. e) A rubrica "Resultado patrimonial", na demonstração do resultado, refere-se à receita com imóveis de renda de R$ 2.926 (31 de dezembro de 2013 - R$ 3.329) e depreciação acumulada de R$ 163 (31 de dezembro de 2013 - R$ 384). f) A Seguradora não tem em aberto garantias prestadas a terceiros. **21 - Informações suplementares:** A Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irretratável. A Companhia avaliou junto a seus assessores jurídicos a matéria e, por não possuir expectativas de que a referida lei irá gerar impactos financeiros e contábeis nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2014, optou pela adoção da Lei 12.973 no exercício de 2015.

Diretores: • André Philippe Mattias Lindner Kriepel - Diretor Presidente e de relacionamento com a SUSEP; • Pedro Henrique Mariani Bittencourt - Diretor.

Conselho de Administração:
• Eduardo Mariani Bittencourt – Presidente do Conselho;
• Carlos Mariani Bittencourt – Conselheiro;
• Pedro Henrique Mariani Bittencourt – Conselheiro;

Contador: Mauro César Silva Cunha - CRC-RJ 60.128/O-0 S-BA

PARECER DO AUDITOR ATUARIAL

Aos Administradores da PQ Seguros S.A.: 1. Examinamos os dados e informações prestadas pela PQ Seguros S.A. para a Auditoria Atuarial e levantados no período base de janeiro a dezembro de 2014. 2. Toda a Auditoria Atuarial foi conduzida em conformidade com as normas padrão de auditoria para trabalhos dessa natureza, em particular o disposto na Resolução CNSP nº 311, de 16/06/2014 e no pronunciamento técnico CPA nº 002 – Auditoria Atuarial, aprovado pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) em 24/09/2014 e adotado pela Susep conforme Circular nº 507, de 22/12/2014. 3. Nossos trabalhos foram baseados em informações fornecidas pela Seguradora. A análise das informações apresentadas no contexto da Auditoria Atuarial foi procedida, após crítica, consistência e consolidação dos dados enviados pela PQ Seguros S.A., no que tange à coerência e ordem de grandeza dos números e servirah de base para nossa conclusão com relação à situação atuarial. 4. A Seguradora encontra-se em *run-off* nos segmentos de pessoas e danos desde 1998. Atualmente opera exclusivamente no ramo DPVAT, não sendo este objeto da Auditoria Atuarial, de acordo com a Resolução supracitada. 5. A única provisão calculada pela Seguradora, pertinente a esta Auditoria Atuarial, é a Provisão de Sinistros a Liquidar. De acordo com o estudo realizado, seus valores são suficientes para cobertura dos riscos, não sendo necessários ajustes, o que foi ratificado pelo Teste de Adequação dos Passivos. 6. Em paralelo, a Seguradora vem procedendo ao cálculo mensal dos capitais de risco de conformidade com a legislação, verificando-se que seu valor, igual ao capital base (R$ 15.000.000), satisfaz plenamente às necessidades de operação, sendo a Seguradora solvente, com ativo líquido (ativos garantidores menos a necessidade de cobertura de provisões) superior a 20% do capital mínimo requerido. 7. Com base nas informações prestadas pela Sociedade, na análise estatístico-atuarial procedida e no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, constatamos que os ativos garantidores são superiores ao montante das Provisões Técnicas, levando-nos a concluir que a Seguradora é **superavitária**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. HR Serviços Atuariais Ltda. - CIBA nº 43 – CNPJ nº 36.252.526/0001-06 - Empresa Certificada pelo IBA Heitor Coelho Borges Riguera - MIBA nº 380 – CPF nº 097.408.307-06 - Atuário Certificado pelo IBA.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e aos Acionistas da PQ Seguros S.A. Salvador - BA: Examinamos as demonstrações financeiras da PQ Seguros S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PQ Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Salvador, 24 de fevereiro de 2015.

Independent Member of BKR International
CRC-RJ-2026-O
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-60.611/O "S" BA

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

POLÍTICA

Editora-coordenadora
Jeane Borges
politica@grupoatarde.com.br

CÂMARA Cônjuges de deputados gays terão direito a passagens aéreas www.atarde.com.br/politica

LAVA JATO Eleito presidente com 22 votos, Hugo Motta (PMDB-PB) indicou Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria

PMDB e PT comandam CPI da Petrobras

AGÊNCIA O GLOBO
Brasília

A Câmara instalou ontem a CPI da Petrobras com objetivo de investigar a corrupção na estatal no período entre 2005 e 2015 - governos Lula e Dilma. A comissão proposta pela oposição teve apoio dos partidos da base aliada. A primeira sessão foi marcada por divergências sobre a indicação de deputados que receberam recursos de empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) levantou uma questão de ordem para questionar o fato de os partidos nomearem para a comissão parlamentares que foram beneficiados, durante a campanha eleitoral do ano passado, com recursos das empreiteiras. Para Valente, isso colocaria sob suspeita os trabalhos da CPI.

Outros deputados lembraram que as doações foram feitas de maneira legal e que não seria justo prejulgar os colegas. O presidente em exercício da comissão, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), indeferiu a questão de ordem de Valente.

O deputado Hugo Motta (PMDB-PB) foi eleito presidente da CPI com o apoio de 22 colegas; quatro votaram em Valente e houve um voto branco. Como acertado previamente, Motta indicou Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria. Tanto Motta quanto Luiz Sérgio discursaram defendendo a independência das investigações.

> **"Minha postura será não proteger nem perseguir ninguém"**
>
> **LUIZ SÉRGIO (PT-RJ), relator**

> **"(CPI) pode começar sob o signo da suspeição, da pizza"**
>
> **CHICO ALENCAR, PSOL-RJ**

"O compromisso de independência da CPI é para ressaltar seu papel de contribuir para elucidar os fatos postos nesta comissão. Vamos trabalhar com autonomia, para salvar nossa maior empresa", afirmou Motta.

Luiz Sérgio lembrou que esta já é a terceira CPI para investigar irregularidades na Petrobras.

"Minha postura como relator será a de não proteger ninguém nem perseguir ninguém. A CPI Petrobras não é assunto novo. Já foi objeto de duas CPIs. Esta é a terceira. Há um acúmulo junto com o que o Ministério Público já apurou, a Justiça e a própria imprensa. Isso não pode ser ignorado" ", disse. Luiz Sérgio, como outros petistas, disseram que o problema na Petrobras tem que ser visto também dentro da ótica de cartel internacional.

"Espero que possamos aprofundar esse debate. Não há nada mais cartelizado no mundo do que a questão do petróleo. Nenhuma agência de risco, economista conseguiu prever a queda do preço do barril do petróleo. Há uma ação geopolítica de interesses muito fortes no qual Petrobras é muito importante nisso tudo", disse.

Luiz Sérgio e Hugo Motta, além de outros indicados para a CPI da Petrobras, receberam doações legais de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato da Polícia Federal sobre a corrupção na Petrobras.

Antonio Cruz / Agência Brasil

Luiz Sérgio (PT) é relator da CPI que investigará a prática de atos ilícitos na estatal

Pizza

Luiz Sérgio teve 40% das despesas da campanha passada bancada com recursos de quatro construtoras envolvidas no escândalo de corrupção da estatal, cerca de R$ 1 milhão. O líder do PSOL na Câmara, deputado Chico Alencar (RJ), questionou a participação de deputados na comissão que receberam doações das empreiteiras.

"Ela [a CPI] está repleta de deputados que foram financiados por empresas investigadas. Isso, por analogia, é vedado pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar. Pediremos o impedimento, sob pena de a CPI já começar sob o signo da suspeição, da pizza", disse Chico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO

TP 01/15, dia 16/03/15, às 10:00h na sede da Prefeitura, Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para prestar serviços de urbanização da Praça José Alencar Sobrinho e instalação de academia ao ar livre na sede. Valor do Edital: R$ 50,00. Info.: Setor de Licitações. Lapão-BA 24/02/15. Ivanilson Carvalho Rocha. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA – CNPJ: 14.105.225/0001-17

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015. OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de reformas/ampliação das escolas, pólos e creches do Município conforme anexo I do Edital. Tipo: Empreitada e Menor Preço por Lote. DATA: 16/03/2015 às 08:00hs. **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.** OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recuperação de estradas vicinais deste Município, conforme anexo I do edital. TIPO: Empreitada e Menor Preço por Lote. DATA: 16/03/2015, às 10:00hs. Os certames ocorrerão na Sala do Setor de Licitações, sito à Rua Marechal Deodoro, nº 221 – Centro. Editais disponíveis no endereço acima, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 17:00hs, fone: (77) 3664-2063. **Paratinga/BA, 27 de fevereiro de 2015. Rafael Luis Silva Rocha Presidente CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/15. Objeto: Serviços de limpeza pública. Tipo: Menor Preço Global. Data da Sessão: 11/03/15 às 10:00h. Local: Sede da Prefeitura. Edital no setor de licitação, sito à Praça 19 de Setembro, 02, Centro, Ibipeba/BA. Israel Chaves Lelis. Prefeito.

SINTRAPAN
CNPJ-15.258.064/0001-64

1ºAVISO -RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA 2015

O **SINTRAPAN** - Sind. dos Trab. nas Ind. de Panificação e Confeitaria do Estado da Bahia, **AVISA** aos senhores empregadores, da obrigatoriedade do desconto da **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** até **31/03/2015** (**art. 578, 582 e seguintes da CLT**, devendo, ser a mesma recolhida preferencialmente junto a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** até **30/04/2015**. Os empregadores que porventura não receberem as respectivas guias, poderão retirá-las ou solicitar o seu envio no seguinte endereço: Rua Três de maio nº 07 –1º e 2º andar – Praça da Sé nesta capital – fone (71) 3381-4353 fax (71) 3383-4685, E-Mail sintrapan@sintrapan.org.br ou pelos Sites: www.sintrapan.org.br, www.caixa.gov.br devendo utilizar o **código sindical: 000.000.88026-4 e CNPJ: 15.258.064/0001-64**. Lembramos ainda, da obrigatoriedade do envio ao Sintrapan, da relação nominal dos contribuintes com seus respectivos salários e funções, tudo conforme Nota Técnica SRT/MTE Nº 209/2009.Salvador, 26/02/2015. Edmilson Ferreira Araújo – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DARIO MEIRA

PREGÃO PRESENCIAL 59/15. Dia 10.03.15 às 10:00h, no Prédio da Prefeitura, situada à Rua Isaías Régo, nº 01, Centro, menor preço por Lote, para contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de peças, pneus e serviços para carros e motocicletas pertencentes ao Município conforme edital, ficando os interessados credenciados que todos os atos desta licitação serão publicados no Diário Oficial do Município. Dário Meira-BA, 27/02/15. Hudson Ribeiro Santos. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA
CNPJ N: 14.197.586/0001-30

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jacobina convida as empresas interessadas: OCP ORGANIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA e W4 COMUNICAÇÃO & MARKETING LTDA-ME, participantes da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 007/2014, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA AGENCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, a comparecerem no dia 12 de março de 2015, às 09:00 h na sala de licitação, sito na Rua Senador Pedro Lago, nº 40, Prédio da Administração, para apresentação do resultado do julgamento das Propostas Técnicas julgados pela Subcomissão Técnica. Jacobina-BA,25 de fevereiro de 2015.Vanuza de Freitas Freire Lopes-Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA

PREGÕES PRESENCIAIS. Tipo menor preço. Dia 12/03/15. PP 17/15 às 13h Obj: Aquisição de gêneros alimentícios para atender programas do serviço de convivência e do PCD. PP 18/15 às 14h Obj: Aquisição de cestas básicas para atendimento de benefício Eventual. PP 19/15 às 15h Obj: Aquisição de material esportivo para atender programas do serviço de convivência e do PCD. PP 20/15 às 16h Obj: Aquisição de pães para atender demanda da Sec. de Assistência Social, para atendimento a municípes em situação de vulnerabilidade. Editais disponíveis no expediente da Prefeitura, à Rua Lídio Pena s/n - Centro. Info. (75) 3659-1003. licitasalinas@hotmail.com - Salinas/Ba, 26/02/15. Mercia Maria Santos Sena Souza. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015. P. A. Nº 0435/15. A Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, torna público que às 10:00hs, do dia 16/03/15, na sua Sede sita à Praça Juracy Magalhães, 126 – Centro – Senhor do Bonfim - BA realizará a licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº003/2015, regida pela Lei de Licitações 8.666/93 e suas alterações posteriormente introduzidas, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, dos serviços necessários para reforma das escolas: Nossa Senhora de Perpetuo Socorro, Umburana, creche Antônio José de Souza (anexo), chapeuzinho vermelho, Herculano Almeida, Moranguinho, paroquial, Antônio Basto de Miranda e LBA- fundação maternal bonfinense, localizadas na sede e interior do Município de Senhor do Bonfim - Bahia. O Edital estará à disposição mediante pagamento de taxa no setor de tributos no Valor R$ 100,00 (cem reais). Maiores informações pelos fones (74) – 3541-8394, Fax: 3541 – 4513, em horário comercial, das 08:00 as 13:00h. Senhor do Bonfim - BA, em 26 de fevereiro de 2015. Marcondes Almeida do Nascimento - Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBACU

Homologação de Pregão Presencial nº 04/15, objeto: Contratação de empresa especializada ou cooperativa para prestação de serviços na realização de capacitação para profissionais da educação básica, educação infantil, e ensino fundamental I e II da rede municipal de ensino, licitante vencedora: Nampy Comercio Industria E Serviço Ltda EPP, no Valor global de R$ 168.218,00 (Cento e sessenta e oito mil, duzentos e dezoito reais), Pindobaçu 24/02/15, registre-se, cumpra-se, publique-se e lavre - se o contrato. Marlos André Carvalho Brito. Prefeito.

AVISO - Torna-se sem efeito a publicação da Carta Convite de Nº 01/15 da publicação do dia 25/02/15, Edição Nº 00376, Do D.O.U. Seção 03 Nº 037. Pindobaçu, 25/02/15. Gessica Luana Leite Santos. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUERAREMA
CNPJ N: 13.721.188/0001-09

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2015

O Município de Buerarema-BA, comunica aos interessados que realizará dia 13/03/2015, às 09:00 hs, modalidade PP, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ALUNOS DO EJA, o edital poderá ser adquirido no Setor Licitações, de segunda a sexta - feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas. Buerarema (BA), 25/02/2015. Alan Santos Calixto de Almeida Pregoeiro